

Guilherme de Souza Nucci

Manual de Direito Penal

15.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 10.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 07.01.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876m

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de Direito Penal / Guilherme de Souza Nucci. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8370-3

1. Direito penal – Brasil – Manuais, guias etc. I. Título.

18-53834

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

114

Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	4
3. Política criminal.....	4
4. Criminologia	6
5. Bem jurídico.....	7
Síntese	9

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	11
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil	19
Síntese	20

Capítulo III

PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	21
1.1 Princípios regentes	22

2. Princípios de direito penal.....	23
2.1 Constitucionais explícitos.....	23
2.1.1 Concernentes à atuação do Estado	23
2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal).....	23
2.1.1.2 Anterioridade	23
2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica.....	23
2.1.1.4 Humanidade	24
Ponto relevante para debate	
• A prisão no Brasil e a humanidade.....	24
2.1.2 Concernentes ao indivíduo.....	25
2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal	25
Ponto relevante para debate	
• A pena de multa após a morte do condenado.....	25
2.1.2.2 Individualização da pena	26
2.2 Constitucionais implícitos	27
2.2.1 Concernentes à atuação do Estado	27
2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	27
2.2.1.2 Taxatividade.....	29
2.2.1.3 Proporcionalidade.....	31
2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	32
2.2.2 Concernente ao indivíduo	32
2.2.2.1 Culpabilidade.....	32
Ponto relevante para debate	
• A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal.....	33
Síntese	34

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal	37
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal	40
1.2 Costume e fonte do direito penal	40
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal	40
2. Interpretação e integração no direito penal	41
Síntese	44

Capítulo V

LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade	45
1.1 Origem histórica	46
1.2 Legalidade e garantismo penal.....	46
1.3 Legalidade material e legalidade formal	46

2. Conceito de anterioridade	47
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	47
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança	47
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	48
Ponto relevante para debate	
• A legalidade pede socorro?.....	51
Síntese	52

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	53
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	54
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>).....	55
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)	55
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis	56
Pontos relevantes para debate	
• A impossibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu.....	57
• A combinação de leis penais no contexto da delação premiada.....	58
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica	59
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	60
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	60
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica	61
8. Leis intermitentes.....	62
8.1 Extensão e eficácia.....	62
Ponto relevante para debate	
• A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal	63
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	64
Síntese	68
Esquemas	
↳ Extratividade da lei penal	69
↳ Extratividade da lei penal	70
↳ Leis penais benéficas intermediárias.....	71

Capítulo VII

TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	73
2. Alcance da teoria da atividade	73
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	74
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	74
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP.....	75
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	75
Síntese	75

Capítulo VIII
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade	77
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	77
3. Conceito de território e seus elementos.....	78
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	78
3.2 Espaço aéreo.....	78
3.3 Mar territorial brasileiro.....	79
4. Território brasileiro por equiparação.....	79
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	80
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	80
5. Critérios para a extraterritorialidade	81
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada	81
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	82
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada	83
5.4 Condições para a extraterritorialidade	84
6. Extradicação	84
6.1 Espécies de extradicação e fonte legislativa	85
6.2 Requisitos para a concessão	85
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal	89
8. Outras exceções à regra da territorialidade.....	89
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	90
8.2 Imunidades diplomáticas.....	91
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade.....	91
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas.....	92
8.3 Imunidades consulares	93
8.4 Imunidades parlamentares.....	94
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva	94
8.4.2 Características da imunidade substantiva.....	95
8.4.3 Características da imunidade processual.....	97
8.5 Outras imunidades e foros privilegiados.....	98
8.5.1 Deputados estaduais	98
8.5.2 Vereadores.....	98
8.5.3 Advogados.....	99
8.5.4 Prefeitos	100
9. Direito penal internacional e direito internacional penal	100
Síntese	101
Esquema	
↳ Aplicação da lei penal no espaço	102

Capítulo IX

EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1. Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	103
2. Hipóteses para a homologação.....	104
2.1 Reparação civil do dano causado à vítima	104
2.2 Aplicação de medida de segurança	104
2.3 Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	104
3. Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	105
Síntese	105

Capítulo X

CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1. Prazos penais e processuais penais.....	107
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	108
3. Frações não computáveis da pena	108
Síntese	108
Esquema	
↳ Contagem de prazos penais e processuais	109

Capítulo XI

CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Conceito.....	111
2. Critério da sucessividade	112
3. Critério da especialidade.....	112
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	114
5. Critério da absorção (ou consunção)	115
6. Critério da alternatividade.....	115
Síntese	116
Esquemas	
↳ Sucessividade	116
↳ Especialidade	117
↳ Subsidiariedade = um tipo contém outro(s)	118
↳ Consunção (ou absorção) = um fato típico contém outro(s).....	119

Capítulo XII

CRIME

1. Conceito de crime.....	121
1.1 Conceito material	121
1.2 Conceito formal	122
1.3 Conceito analítico.....	123

Ponto relevante para debate

- A teoria da ação significativa é uma solução para superar as teorias causalista, finalista e funcionalista?..... 127
- 2. Diferença entre crime e contravenção penal..... 129
- 3. Sujeitos e objetos do crime 129
 - 3.1 Sujeito ativo 129

Ponto relevante para debate

- A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime 130
 - 3.2 Sujeito passivo 132
 - 3.3 Objeto do crime 133
- 4. Classificação dos crimes..... 133
 - 4.1 Crimes comuns e próprios 133
 - 4.2 Crimes instantâneos e permanentes 135
 - 4.3 Crimes comissivos e omissivos 136
 - 4.4 Crimes de atividade e de resultado 137
 - 4.5 Crimes de dano e de perigo..... 137
 - 4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos..... 138
 - 4.7 Crimes progressivos e crimes complexos..... 138
 - 4.8 Progressão criminosa 139
 - 4.9 Crime habitual 139
 - 4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes 141
 - 4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada..... 141
 - 4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas) 141
 - 4.13 Crimes remetidos 142
 - 4.14 Crimes condicionados 142
 - 4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento)..... 142

Síntese 142

Esquemas

- ↳ Conceito analítico de crime (quadro sintético) 143
- ↳ Diferenças entre os crimes instantâneos, permanentes, habituais e continuados.... 144
- ↳ Crime é fato 145
- ↳ Estrutura do crime..... 146

Capítulo XIII

TIPICIDADE

- 1. Apresentação 147
- 2. Conceito de tipo penal e sua estrutura..... 148
 - 2.1 Elementos do tipo penal incriminador..... 149
 - 2.2 Classificação do tipo 150
- 3. Conceito de conduta penalmente relevante 154

Ponto relevante para debate	
• A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais	160
4. Conceito de resultado.....	161
5. Conceito de nexo causal.....	162
5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	163
Ponto relevante para debate	
• Crítica e defesa à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo.....	170
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	171
5.2.1 Concausas e seus efeitos.....	172
Esquemas	
↻ Teoria da equivalência das condições (ou dos antecedentes) – (Art. 13, <i>caput</i> , CP) ...	173
↻ Teoria da causalidade adequada (ou das condições qualificadas).....	174
↻ Teoria da imputação objetiva	175
↻ Concausas: são as causas que se unem para gerar o resultado.....	176
↻ Causa superveniente, que corta o nexo causal (art. 13, § 1.º, CP).....	177
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios.....	178
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria	178
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	179
5.3.3 Dever de agir.....	179
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei.....	179
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.....	180
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco.....	180
Pontos relevantes para debate	
• Deixar o agressor morrer depois de se defender constitui crime?	180
• Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca	181
• A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade	181
• Envenenamento e navalhada como causas da morte	182
6. Conceito de tipicidade e excludentes	182
6.1 Adequação social.....	183
6.2 Insignificância.....	184
Ponto relevante para debate	
• Bagatela imprópria.....	186
Síntese	187

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo	189
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico	190

3. Características do dolo.....	190
4. Conceito de dolo direto.....	191
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	191
5. Conceito de dolo indireto ou eventual.....	192
Ponto relevante para debate	
• A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito.....	193
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	193
7. Outras classificações do dolo.....	194
8. Conceito de culpa.....	195
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente.....	196
10. Elementos da culpa.....	196
11. Situações peculiares no campo da culpa.....	197
12. Espécies de culpa.....	199
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional.....	199
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	200
Síntese.....	201
Esquemas	
↳ Dolo direto de 1º grau.....	201
↳ Dolo direto de 2º grau.....	201
↳ Dolo eventual.....	202
↳ Culpa consciente.....	202
↳ Culpa inconsciente.....	203

Capítulo XV

CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito.....	205
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	205
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	207
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado.....	207
Síntese.....	209

Capítulo XVI

ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	211
2. Excludentes de ilicitude.....	212
3. Classificação das excludentes de ilicitude.....	212
4. Elemento subjetivo nas excludentes.....	213
5. Conceito de estado de necessidade.....	215
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	215
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	217
5.2.1 Existência de perigo atual.....	217
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	218

Ponto relevante para debate	
• A valoração da vontade no contexto da produção do perigo	218
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	219
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro	220
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	220
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo.....	220
5.3 Causa de diminuição de pena	221
6. Conceito e fundamento da legítima defesa	221
6.1 Elementos da legítima defesa	222
6.1.1 Injustiça da agressão	222
6.1.2 Atualidade ou iminência da agressão	223
6.1.3 Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	225
Ponto relevante para debate	
• A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	226
6.1.4 Utilização dos meios necessários para a reação	228
6.1.5 Moderação da reação	230
6.1.6 Proporcionalidade na legítima defesa	231
6.1.6.1 Ofendículos.....	231
Ponto relevante para debate	
• A natureza jurídica dos ofendículos.....	232
6.2 Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	235
6.2.1 Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	235
6.2.2 Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	235
6.2.3 Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	236
6.2.4 Legítima defesa sucessiva	236
6.2.5 Legítima defesa contra multidão.....	236
6.2.6 Legítima defesa contra provocação.....	237
6.2.7 Legítima defesa nas relações familiares.....	237
6.2.8 Legítima defesa por omissão	238
6.2.9 Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	239
6.2.10 Legítima defesa da comunidade.....	239
6.2.11 Legítima defesa de animais	240
7. Conceito de estrito cumprimento do dever legal	240
7.1 Situações de cumprimento de dever legal	240
8. Conceito de exercício regular de direito	241
8.1 Situações de exercício regular de direito	242
8.2 Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	243
8.2.1 O estupro da esposa praticado pelo marido	243
8.2.2 O trote acadêmico ou militar.....	244
8.2.3 Os castigos dos pais e dos professores	244
8.2.4 As lesões praticadas no esporte	245

9. Consentimento do ofendido.....	246
Ponto relevante para debate	
• O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	249
9.1 Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	251
10. Os excessos no contexto das excludentes.....	252
10.1 Modalidades de excessos	253
Síntese	255
Esquema	
↳ Diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa	256

Capítulo XVII CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade	257
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	262
1.2 Conceito de coculpabilidade.....	263
2. Excludentes de culpabilidade	264
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato.....	264
2.1.1 Imputabilidade penal.....	264
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	266
Ponto relevante para debate	
• A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>).....	269
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental	270
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício.....	271
2.1.4 Menoridade.....	271
Ponto relevante para debate	
• O marco temporal do início da maioria penal aos 18 anos	273
2.2 Excludentes concernentes ao fato.....	273
2.2.1 Coação moral irresistível.....	273
Ponto relevante para debate	
• A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas	275
2.2.2 Obediência hierárquica	275
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	276
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa	277
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i>	278
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior	280
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita	280
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	281
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	281
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental.....	282

3. Emoção e paixão	282
3.1 Emoção	282
3.2 Paixão	284
Síntese	284

Capítulo XVIII

CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado.....	287
2. Tentativa	287
2.1 Conceito de crime tentado	287
2.2 Natureza jurídica da tentativa	288
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	289
2.4 Dolo e culpa na tentativa	290
2.5 Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	290
Ponto relevante para debate	
• Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime	292
2.6 Tentativa e dolo eventual	294
2.7 Tentativa e crime de ímpeto	297
2.8 Crimes que não admitem a tentativa	298
2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa	301
2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	302
2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha	302
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	302
3.1 Conceito de desistência voluntária	302
3.1.1 Desistência momentânea	303
3.1.2 O problema da execução retomada	303
3.2 Conceito de arrependimento eficaz	304
3.3 Natureza jurídica	305
3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	306
3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	307
4. Arrependimento posterior	307
4.1 Conceito	307
4.2 Natureza jurídica	307
4.3 Requisitos para a aplicação	307
Ponto relevante para debate	
• A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior	310
4.4 Critérios para a diminuição da pena	311
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF	311
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	312
5. Crime impossível	312
5.1 Conceito e natureza jurídica	312

5.2	Fundamento da não punição do crime impossível.....	313
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo.....	313
5.4	Análise dos elementos do crime impossível.....	314
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível.....	315
Ponto relevante para debate		
•	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível.....	315
Síntese		316
Esquemas		
↳	Tentativa e consumação	317
↳	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	318
↳	Quadro comparativo	319

Capítulo XIX

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1.	Conceitos de erro e ignorância.....	321
2.	Conceito de erro de tipo	321
3.	Possibilidade de punição por crime culposos.....	322
4.	Erro escusável e erro inescusável.....	322
5.	Erro essencial e erro acidental.....	322
6.	Erro quanto à pessoa	323
7.	Erro determinado por terceiro.....	323
8.	Conceito de erro de proibição.....	323
9.	Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	324
10.	Erro de proibição escusável e inescusável	324
11.	Diferença entre crime putativo e erro de proibição	325
12.	Conceito de discriminantes putativas	325
13.	Divisão das discriminantes putativas	325
14.	Natureza jurídica das discriminantes putativas	326
Síntese		328
Esquemas		
↳	Erro de tipo.....	329
↳	Erro de tipo x delito consumado sem erro (Art. 20).....	330
↳	Erro de proibição	331
↳	Erro de proibição x delito consumado sem erro (Art. 21)	332

Capítulo XX

CONCURSO DE PESSOAS

1.	Conceito de concurso de pessoas	333
2.	Teorias do concurso de pessoas	333
3.	Distinção entre autoria e participação	334
3.1	Teoria normativa e teoria do domínio do fato.....	335
3.2	Executor de reserva	336

4. Critérios quanto à punição do partícipe	337
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	338
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	338
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	338
6.2 Participação de menor importância	339
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta)....	340
7. Requisitos do concurso de agentes	340
8. Alguns aspectos da autoria mediata	341
9. Autoria colateral.....	341
Ponto relevante para debate	
• A coautoria e a participação em crime culposo.....	342
10. conivência	342
11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios	343
Ponto relevante para debate	
• A participação posterior à consumação do crime.....	344
12. Participação e cumplicidade.....	345
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	346
Ponto relevante para debate	
• A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo.....	346
13.1 Exceção quanto à elementar do crime	347
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	347
14. Casos de impunibilidade	349
Síntese	350

Capítulo XXI

TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	351
2. Teorias extremadas da punição.....	353
3. Garantismo penal.....	355
Pontos relevantes para debate	
• Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal	356
• A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo	357
• Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa.....	358
4. Cominação das penas	360
5. Princípios da pena	360
6. Espécies de penas	361
Síntese	361

Capítulo XXII
PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	363
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	364
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	370
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	371
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	371
6. Imprescindibilidade do regime fechado	372
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	373
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	373
9. Regime fechado.....	375
Pontos relevantes para debate	
• A aplicação do regime fechado à pena de detenção	375
• A viabilidade da progressão <i>por salto</i>	375
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo	378
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	379
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	379
Ponto relevante para debate	
• A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	381
9.4 Trabalho externo do condenado.....	382
10. Regime semiaberto	382
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	383
10.2 Situação do índio	383
11. Regime aberto.....	383
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	384
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto	384
12. Direitos do preso.....	385
12.1 Direito à visita íntima.....	385
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio	385
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso.....	386
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	386
13. Trabalho do preso	388
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	388
13.2 Trabalho do preso e remição.....	388
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	389
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	389
13.2.3 Remição pelo estudo.....	390
Ponto relevante para debate	
• A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar	390
14. Superveniência de doença mental	391

15. Detração	392
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	392
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	392
15.3 Detração e pena de multa.....	393
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena	393
15.5 Detração e suspensão condicional da pena.....	394
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	394
Síntese	394

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos	397
2. Natureza jurídica	398
3. Espécies de penas restritivas de direitos	399
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos.....	400
Pontos relevantes para debate	
• A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados.....	401
• As penas alternativas no cenário da violência doméstica.....	402
5. Momentos para a conversão.....	404
6. Exigências para a conversão	404
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	405
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	407
8.1 Prestação pecuniária	407
Ponto relevante para debate	
• A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas	409
8.2 Perda de bens ou valores.....	410
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	411
8.4 Interdição temporária de direitos.....	412
8.5 Limitação de fim de semana	413
Síntese	413

Capítulo XXIV

PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	415
2. Critérios para a fixação da pena de multa	416
Ponto relevante para debate	
• O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	417
3. O valor do dia-multa em salário mínimo	418
4. Atualização monetária da multa	419
5. Pagamento da multa	420
6. Multa como dívida de valor	420

Pontos relevantes para debate	
• A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	420
• A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível	421
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	422
Síntese	422

Capítulo XXV APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito	423
Ponto relevante para debate	
• As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário	423
2. Circunstâncias judiciais	424
3. Pena-base	425
3.1 Critérios para a fixação da pena-base	425
Esquemas	
↳ Circunstâncias judiciais (art. 59, CP)	429
↳ Exemplo de ponderação das circunstâncias judiciais	430
4. Elementos do art. 59 do Código Penal	431
4.1 Culpabilidade	431
Ponto relevante para debate	
• Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor	432
Esquemas	
↳ Culpabilidade como elemento do crime e fundamento da pena, além de constituir parâmetro para o limite da pena	434
4.2 Antecedentes	436
Ponto relevante para debate	
• O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i>	436
Ponto relevante para debate	
• A caducidade dos <i>maus antecedentes</i>	437
4.3 Conduta social	438
4.4 Personalidade	439
Ponto relevante para debate	
• A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador	439
4.5 Motivos do crime	441
4.6 Circunstâncias do crime	441
4.7 Consequências do crime	441
Esquemas	
↳ Motivos do crime: podem ser <i>conscientes</i> ou <i>inconscientes</i>	442
↳ Motivo ≠ elemento subjuntivo do crime (<i>dolo/culpa</i>)	442
4.8 Comportamento da vítima	443
Esquema	
↳ Comportamento da vítima	444

5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	445
6. Substituição da pena privativa de liberdade	446
7. Agravantes e atenuantes.....	446
7.1 Agravantes	446
7.1.1 Motivo fútil	447
7.1.2 Motivo torpe	448
7.1.3 Motivação torpe específica	448
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	449
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum	449
7.1.6 Relações familiares	450
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher	450
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever	451
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	452
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade	454
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública	454
7.1.12 Embriaguez preordenada	455
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	455
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa	455
7.1.13.2 Coação ou indução ao crime	455
7.1.13.3 Instigação ou determinação para o delito	455
7.1.13.4 Criminoso mercenário.....	456
7.1.14 Reincidência.....	456
7.1.14.1 Conceito	456
Ponto relevante para debate	
• A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	456
7.1.14.2 Espécies de reincidência	457
Ponto relevante para debate	
• A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	457
7.1.14.3 Efeitos da reincidência	458
7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior	459
7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios	459
7.1.14.6 Crime político.....	460
7.2 Atenuantes	461
7.2.1 Menoridade relativa	461
7.2.2 Senilidade	462
7.2.3 Desconhecimento da lei	463
7.2.4 Relevante valor social ou moral	464
7.2.5 Arrependimento.....	464
7.2.6 Coação resistível.....	464
7.2.7 Cumprimento de ordem superior.....	465

7.2.8	Violenta emoção	465
7.2.9	Confissão espontânea	465
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto	466
7.2.11	Atenuante inominada	467
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes	467
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	467
Esquema		
↳	Confronto entre agravantes e atenuantes (art. 67, CP)	468
8.	Cálculo da pena.....	469
8.1	Sistemas para a fixação da pena	469
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras	471
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais	472
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição	472
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	472
Síntese		473
Esquemas		
↳	Fixação da pena.....	474
↳	Circunstâncias do crime	475
Capítulo XXVI		
CONCURSO DE CRIMES		
1.	Conceito e critério de análise	477
2.	Sistemas do concurso de crimes	477
2.1	Sistema da acumulação material	477
2.2	Sistema da exasperação da pena	478
2.3	Sistema da absorção	478
2.4	Sistema da acumulação jurídica	478
3.	Concurso material	479
3.1	Conceito.....	479
3.2	Critérios para a aplicação da pena	479
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	480
4.	Concurso formal	480
4.1	Conceito.....	480
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito	480
Ponto relevante para debate		
•	A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i>	481
4.3	Concurso material favorável ou benéfico	482
4.4	Concorrência de concursos	482
5.	Crime continuado.....	483
5.1	Conceito.....	483
5.2	Natureza jurídica	484
5.3	Teorias do crime continuado	484
5.4	Crimes da mesma espécie	486

5.5	Condições de tempo.....	486
5.6	Condições de espaço.....	487
5.7	Formas de execução.....	487
5.8	Outras circunstâncias semelhantes.....	488
Ponto relevante para debate		
•	O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional.....	488
5.9	Crítério de dosagem do aumento.....	488
5.10	Crime continuado e inimputabilidade.....	489
5.11	Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos.....	489
5.12	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas.....	489
5.13	Espécies de crime continuado.....	490
5.14	Diferença entre crime continuado e delito habitual.....	490
Ponto relevante para debate		
•	A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes.....	490
6.	Concurso de infrações e execução da pena.....	491
Síntese.....		491
Esquemas		
↔	Concurso material.....	492
↔	Concurso formal próprio.....	493
↔	Concurso formal impróprio.....	493
↔	Crime continuado.....	494
↔	Crime continuado qualificado.....	495

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1.	Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	497
2.	Modalidades de erro na execução.....	497
3.	Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	499
4.	Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>).....	499
Síntese.....		500

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1.	Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento.....	501
2.	Unificação das penas em 30 anos.....	505
3.	Modo de unificação.....	505
Síntese.....		506

Capítulo XXIX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1.	Conceito e aspectos históricos.....	507
2.	Natureza jurídica.....	508

3. Requisitos para a sua concessão.....	508
4. Espécies de <i>sursis</i>	509
Ponto relevante para debate	
• A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	509
5. Pontos controversos.....	510
5.1 <i>Sursis</i> e indulto	510
5.2 Existência de processos em andamento	510
5.3 Réu ausente.....	511
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil	511
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário	512
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	513
Ponto relevante para debate	
• A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo	513
6. Período de prova e escolha das condições	514
7. Causas de revogação	516
7.1 Revogação obrigatória.....	516
7.2 Revogação facultativa.....	516
8. Prorrogação do período de prova.....	517
9. Finalização do <i>sursis</i>	518
Síntese	518

Capítulo XXX

LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos	521
2. Natureza jurídica	522
3. Requisitos para a sua concessão.....	522
3.1 Objetivos.....	522
3.2 Subjetivos.....	523
Ponto relevante para debate	
• A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003.....	525
4. Duração do livramento	526
5. Pontos polêmicos.....	526
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	526
5.2 Livramento condicional cautelar	526
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	526
6. Parecer do Conselho Penitenciário	527
7. Soma das penas para efeito de livramento	527
8. Condições do livramento condicional	528
8.1 Obrigatórias.....	528
8.2 Facultativas.....	528

9. Revogação do livramento.....	528
9.1 Causas obrigatórias.....	528
9.2 Causas facultativas.....	528
9.3 Prévia oportunidade de defesa.....	529
9.4 Livramento insubsistente.....	529
10. Efeitos da revogação	529
11. Extinção da pena e prorrogação automática	530
Síntese	530

Capítulo XXXI

EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação	531
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória	532
3. Efeitos genéricos.....	533
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano	533
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita	534
4. Efeitos específicos	535
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	535
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela	537
4.3 Inabilitação para dirigir veículo.....	538
Síntese	539

Capítulo XXXII

REABILITAÇÃO

1. Conceito	541
2. Competência para a concessão de reabilitação.....	543
3. Prazo e procedimento.....	543
4. Indeferimento da reabilitação e recursos	544
5. Reabilitação e reincidência	544
6. Reabilitação <i>em porções</i>	544
Síntese	544

Capítulo XXXIII

MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito	545
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	545
3. Espécies de medidas de segurança.....	546
4. Extinção de punibilidade	547
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança	547
6. Sentença de absolvição imprópria	548
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial	548
8. Duração da medida de segurança.....	549

9. Culpabilidade e periculosidade	550
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	550
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena	551
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena	552
12. Detração e medida de segurança	552
13. Exame de cessação da periculosidade	553
14. Condições para a desinternação ou liberação	553
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	555
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum	555
Ponto relevante para debate	
• Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001	555
Síntese	556

Capítulo XXXIV

AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	557
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	558
3. Critério de iniciativa da ação penal	558
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	559
5. Ação penal no crime complexo	561
Síntese	561

Capítulo XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade	563
2. Causas gerais e específicas	564
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	565
4. Momentos de ocorrência	566
5. Morte do agente	566
Ponto relevante para debate	
• As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	567
6. Anistia	568
7. Graça ou indulto individual	568
8. Indulto coletivo	570
Pontos relevantes para debate	
• Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa.....	571
• Indulto humanitário	571
9. <i>Abolitio criminis</i>	572
10. Decadência.....	572

11. Perempção.....	573
12. Renúncia e perdão	574
13. Retratação	575
14. Perdão judicial.....	576
Ponto relevante para debate	
• A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	576
15. Prescrição.....	577
15.1 Conceito e teorias justificadoras.....	577
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	578
Ponto relevante para debate	
• A prescrição da medida de segurança.....	579
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	580
Ponto relevante para debate	
• A influência da detração no cálculo prescricional	581
15.4 Modalidades de prescrição	581
Ponto relevante para debate	
• A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado	582
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	585
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	588
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP.....	589
15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	590
Ponto relevante para debate	
• A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado	592
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	593
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	593
17. Prescrição em leis especiais	595
18. Prescrição e perdão judicial.....	596
Síntese	596
Esquemas	
↳ Formas de clemência do estado	598
↳ Tabela de prazos prescicionais.....	599
↳ Lapsos prescicionais e causas interruptivas da prescrição.....	600
↳ Lapsos prescicionais da prescrição retroativa, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º).....	601
↳ Lapsos prescicionais da prescrição intercorrente, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º)	601
↳ Lapso da suspensão da prescrição (Art. 116).....	602

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121	609
Ponto relevante para debate	
• Como analisar a condição de sexo feminino no feminicídio	614
Pontos relevantes para debate	
• A existência de homicídio simples hediondo.....	619
• A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio	619
• A existência de homicídio qualificado-privilegiado	620
• A não aceitação do homicídio qualificado-privilegiado como hediondo.....	620
• A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio	621
• O homicídio sem motivo	621
• A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	622
• A polêmica questão da eutanásia.....	622
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – Art. 122	624
Pontos relevantes para debate	
• O auxílio por omissão	626
• A solução da situação denominada pacto de morte.....	626
• Inconstitucionalidade parcial da instigação ao suicídio	627
Infanticídio – Art. 123	628
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	630
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124	630
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125.....	632
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126	634
Formas qualificadas de aborto – Art. 127	635
Excludentes de ilicitude – Art. 128	636
Pontos relevantes para debate	
• A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida	639
• A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	639
• A autorização do aborto eugênico.....	640

Capítulo II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129.....	643
Ponto relevante para debate	
• A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal	654

Capítulo III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	657
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131	659
Ponto relevante para debate	
• Transmissão do vírus da AIDS.....	660
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132.....	661
Abandono de incapaz – Art. 133.....	662
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134.....	664
Omissão de socorro – Art. 135.....	666
Ponto relevante para debate	
• As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	668
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A.....	668
Maus-tratos – Art. 136.....	670
Pontos relevantes para debate	
• A palmada configura maus-tratos?	672
• A pobreza justifica os maus-tratos?	672

Capítulo IV DA RIXA

Rixa – Art. 137.....	675
----------------------	-----

Capítulo V DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – Art. 138.....	677
Difamação – Art. 139.....	680
Injúria – Art. 140.....	682
Disposições comuns – Arts. 141 a 145	685

Capítulo VI DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Constrangimento ilegal – Art. 146.....	691
Ameaça – Art. 147.....	694
Sequestro e cárcere privado – Art. 148.....	695

Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149	697
Tráfico de pessoas – Art. 149-A	699

Seção II

Violação de domicílio – Art. 150.....	704
---------------------------------------	-----

Seção III

Violação de correspondência – Art. 151	707
Ponto relevante para debate	
• A violação da correspondência entre cônjuges.....	710
Violação de correspondência comercial – Art. 152	710

Seção IV

Divulgação de segredo – Art. 153	712
Violação do segredo profissional – Art. 154.....	714
Violação de dispositivo informático – Art. 154-A.....	715

Título II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I

DO FURTO

Furto – Art. 155	721
Pontos relevantes para debate	
• A questão da casa habitada no furto noturno.....	734
• O furto de coisas de estimação.....	734
• O furto de cadáver	734
• O furto de coisas de ínfimo valor	734
• O furto de imagem.....	735
• O furto de talão de cheques e de cartão de crédito.....	735
• O furto de uso como crime.....	736
• A trombada como furto ou roubo	736
• A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º)	737
• Furto sob vigilância eletrônica.....	737
Furto de coisa comum – Art. 156.....	737

Capítulo II

DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157	741
Pontos relevantes para debate	
• O roubo de uso.....	749
• A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade	750
• A existência da tentativa no roubo impróprio	750
• O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	751
Extorsão – Art. 158	752

Ponto relevante para debate	
• A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago	757
Extorsão mediante sequestro – Art. 159	758
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica	762
Extorsão indireta – Art. 160.....	763

Capítulo III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i>	765
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	766
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	768
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162	769

Capítulo IV DO DANO

Dano – Art. 163.....	771
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164	773
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165	774
Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	776
Ação penal – Art. 167	777

Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	779
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A.....	781
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169.....	783
Causa de diminuição de pena – Art. 170	785

Capítulo VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171	787
Pontos relevantes para debate	
• A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).....	790
• O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral.....	790
• O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade	790
• O estelionato como delito permanente	790
• A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal	790
• A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia.....	791
• O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo	791

• O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição	791
• O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.....	792
Duplicata simulada – Art. 172.....	792
Abuso de incapazes – Art. 173.....	794
Induzimento à especulação – Art. 174.....	795
Fraude no comércio – Art. 175.....	796
Outras fraudes – Art. 176.....	798
Ponto relevante para debate	
• A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176	800
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177.....	800
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178	803
Fraude à execução – Art. 179.....	804

Capítulo VII DA RECEPÇÃO

Recepção – Art. 180.....	807
Recepção de animal – Art. 180-A	810

Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – Arts. 181 a 183	813
Pontos relevantes para debate	
• O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição	815
• A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável	816

Título III DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	819
Ponto relevante para debate	
• Uma peculiar forma de corrupção.....	822
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185.....	823
Ação penal – Art. 186	824

Capítulo II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	825
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188	825
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189....	826

Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho – Art. 190	826
Ação penal – Art. 191	826

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192	827
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	827
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194	828
Ação penal – Art. 195	828

Capítulo IV

DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196	829
---------------------------------------	-----

Título IV

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197	831
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198.....	833
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199.....	834
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200....	835
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201	837
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202.....	838
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203	839
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204	841
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205.....	842
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	843
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207....	844

Título V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208	849
---	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209.....	853
Violação de sepultura – Art. 210	855
Destrução, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211	856
Vilipêndio a cadáver – Art. 212	857

Título VI
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213	861
Pontos relevantes para debate	
• A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	865
• A análise do grau de resistência da vítima.....	866
• O estupro como crime único de condutas alternativas.....	866
• A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único	869
• A aplicação retroativa da nova figura do estupro	870
• A necessidade de criação de um tipo penal intermediário foi atendida.....	870
• O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação	871
Esquema	
↳ Esquema comparativo	872
Atentado violento ao pudor – Art. 214.....	873
Violação sexual mediante fraude – Art. 215.....	873
Importunação sexual – Art. 215-A	875
Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216	877
Assédio sexual – Art. 216-A.....	877
Pontos relevantes para debate	
• A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a).....	880
• A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel	881
• A paixão do agente pela vítima	881
Registro não autorizado da intimidade sexual – Art. 216-B	881

Capítulo II
DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução – Art. 217	885
Estupro de vulnerável – Art. 217-A	885
Ponto relevante para debate	
• Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa	889
Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor) – Art. 218.....	891
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A.....	893
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B.....	894
Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – Art. 218-C	898

Capítulo III
DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219	901
Rapto consensual – Art. 220	901

Diminuição de pena – Art. 221	902
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	902

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223.....	903
Presunção de violência – Art. 224.....	903
Ação penal – Art. 225	903
Aumento de pena – Art. 226.....	904

Capítulo V

DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227	907
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da indução à lascívia.....	909
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	910
Ponto relevante para debate	
• <i>Sites</i> de prostituição	913
Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 229.....	913
Pontos relevantes para debate	
• A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade	917
• A inviabilidade da prisão em flagrante	917
Rufianismo – Art. 230.....	919
Ponto relevante para debate	
• A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.....	921
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231	921
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A.....	922
Promoção de migração ilegal – Art. 232-A	922

Capítulo VI

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233	925
Ponto relevante para debate	
• A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica	927
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234.....	927
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal	929

Capítulo VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A	931
Ponto relevante para debate	
• Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento	932
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B	933
Art. 234-C	933

Título VII DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235	937
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236	939
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237	941
Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238	942
Simulação de casamento – Art. 239	943
Adultério – Art. 240	944

Capítulo II DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241	945
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – Art. 242	946
Sonegação de estado de filiação – Art. 243	948

Capítulo III DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – Art. 244	951
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245	953
Abandono intelectual – Art. 246	954
Abandono moral – Art. 247	956

Capítulo IV DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248	959
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de ser efetivada a fuga	961
Subtração de incapazes – Art. 249	961

Título VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250	965
Explosão – Art. 251	968
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252	970
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253	971
Inundação – Art. 254	972
Perigo de inundação – Art. 255	973
Desabamento ou desmoronamento – Art. 256	975
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257	976
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258	978
Difusão de doença ou praga – Art. 259	978

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – Art. 260	981
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261	983
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262	985
Forma qualificada – Art. 263	986
Arremesso de projétil – Art. 264	987
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265	988
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266	990

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267	993
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268	994
Omissão de notificação de doença – Art. 269	996
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270	997
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271	998
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272	1000
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273	1001
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da pena cominada às figuras incriminadoras do art. 273 do Código Penal	1004

Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274.....	1005
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275.....	1006
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276.....	1008
Substância destinada à falsificação – Art. 277.....	1009
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278.....	1010
Substância avariada – Art. 279.....	1011
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280.....	1012
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281.....	1013
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282.....	1013
Charlatanismo – Art. 283.....	1014
Curandeirismo – Art. 284.....	1016
Forma qualificada – Art. 285.....	1017

Título IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286.....	1019
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287.....	1021
Ponto relevante para debate	
• Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	1022
Associação criminosa – Art. 288.....	1022
Pontos relevantes para debate	
• A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado.....	1026
• A possibilidade de concurso de pessoas.....	1027
• O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância.....	1027
Constituição de milícia privada – Art. 288-A.....	1027

Título X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I

DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289.....	1033
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	1035
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	1037
Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292.....	1039

Capítulo II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293.....	1043
Petrechos de falsificação – Art. 294.....	1046
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	1048

Capítulo III DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296.....	1049
Falsificação de documento público – Art. 297	1052
Falsificação de documento particular – Art. 298.....	1055
Falsidade ideológica – Art. 299	1058
Pontos relevantes para debate	
• As diferenças entre falsidade material e ideológica.....	1061
• A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco	1061
Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300.....	1062
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301	1064
Ponto relevante para debate	
• A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	1066
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	1066
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303.....	1068
Uso de documento falso – Art. 304.....	1070
Pontos relevantes para debate	
• A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento	1072
• O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento	1072
Supressão de documento – Art. 305	1072

Capítulo IV DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306.....	1075
Falsa identidade – Art. 307	1077
Ponto relevante para debate	
• O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva.....	1080
Falsa identidade – Art. 308	1080
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	1082
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310	1084
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	1085

Capítulo V DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A.....	1089
Ponto relevante para debate	
• Cola eletrônica e tipificação penal.....	1092

Título XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312.....	1095
Ponto relevante para debate	
• O peculato de uso e o crime previsto no art. 312	1098
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313	1099
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A.....	1101
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B	1103
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314	1104
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315.....	1106
Concussão – Art. 316.....	1107
Ponto relevante para debate	
• O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão.....	1109
Corrupção passiva – Art. 317	1110
Pontos relevantes para debate	
• A ausência de menção à expressão <i>ato de ofício</i>	1113
• A cifra negra da corrupção	1113
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	1114
Prevaricação – Art. 319	1115
Prevaricação em presídio – Art. 319-A	1116
Condescendência criminosa – Art. 320	1119
Advocacia administrativa – Art. 321	1120
Violência arbitrária – Art. 322.....	1122
Abandono de função – Art. 323	1123
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	1125
Violação de sigilo funcional – Art. 325	1127
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	1129
Funcionário público – Art. 327	1129
Pontos relevantes para debate	
• O conceito de entidade paraestatal.....	1130
• A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime	1131

Capítulo II
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328.....	1133
Resistência – Art. 329	1135

Ponto relevante para debate	
• O concurso entre os crimes de resistência e roubo	1137
Desobediência – Art. 330	1137
Ponto relevante para debate	
• O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	1141
Desacato – Art. 331	1142
Tráfico de influência – Art. 332.....	1144
Corrupção ativa – Art. 333.....	1145
Ponto relevante para debate	
• A questão referente à conduta <i>dar</i>	1147
Descaminho – Art. 334.....	1147
Contrabando – Art. 334-A.....	1152
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	1155
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336	1156
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337.....	1157
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A	1158

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.....	1163
Tráfico de influência em transação comercial internacional – Art. 337-C.....	1165
Funcionário público estrangeiro – Art. 337-D.....	1167

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.....	1169
Denúncia caluniosa – Art. 339	1171
Ponto relevante para debate	
• A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa	1173
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340	1174
Autoacusação falsa – Art. 341.....	1176
Ponto relevante para debate	
• A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender	1177
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342.....	1177
Pontos relevantes para debate	
• A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade	1180
• O concurso de pessoas no crime de falso	1182
Suborno – Art. 343.....	1183
Coação no curso do processo – Art. 344.....	1185

Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345	1186
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 346	1188
Fraude processual – Art. 347	1189
Favorecimento pessoal – Art. 348	1191
Favorecimento real – Art. 349	1193
Favorecimento real em presídio – Art. 349-A	1194
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350.....	1196
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	1197
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352.....	1199
Arrebatamento de preso – Art. 353	1200
Motim de presos – Art. 354	1201
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355	1203
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356.....	1204
Exploração de prestígio – Art. 357.....	1206
Violença ou fraude em arrematação judicial – Art. 358	1207
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.....	1209

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A	1213
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B	1215
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C	1217
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D	1219
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E	1220
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F.....	1222
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G.....	1223
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	1226
BIBLIOGRAFIA	1229
OBRAS DO AUTOR.....	1269

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).